



Revista Econômica

revista mensal

DELEGACIA DE ESTATISTICA NO RIO G. NORTE
- FUNDAÇÃO IBGE

N. 13 — MAIO — Cr\$ 1,50



Aviões não querem nada com Natal

(Página 3)

Já estão tomando o nosso minério

(Página 12)

Como anda a agropecuária?

(Páginas 4, 5, 6, 7, 8)

Um plano de emergência que não é o da Sudene

(Página 13)

BANDERN cresce com o Estado

A apreciação da ação financiadora desenvolvida pelo BANDERN a partir de 1965 revela aspectos que ilustram o acerto de sua atuação como principal agente do Governo, responsável pelo desenvolvimento de setores fundamentais ao progresso econômico do Estado.

BANCO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A — DEPARTAMENTO DE CRÉDITO INDUSTRIAL
POSIÇÃO ATÉ 31.3.70

PROGRAMAS	N.º DE EMPRESAS	FINALIDADE DO CRÉDITO	FINANCIAMENTO — Cr\$		
			REPASSE	PRÓPRIO	TOTAL
BNB/SUDENE	34	Imob. Téc. e Financeiras	4.452.517	771.339	5.223.856
FUNDECE	32	Imobilizações Financeiras	3.180.366	—	3.180.365
FINAME	15	Máquinas e Equipamentos	124.438	70.773	195.211
FINANCIADOR	02	Unidades Habitacionais	3.177.170	—	3.177.170
INVEST	03	Imob. Técnicas	418.871	104.754	523.625
OGIR	02	Imob. Financeiras	282.032	—	282.032
CON	25	Material de Construção	568.795	—	568.795
ANDERN	14	Imob. Téc. Financeiras	—	323.339	323.339
T O T A I S	127	—	12.204.188	1.270.205	13.474.393

401

Cartas

Voto de Louvor a RN-ECONÔMICO

Srs. Diretores:

Vimos, pelo presente, comunicar-lhe que esta Câmara, atendendo a requerimento formulado pelo Vereador EUGENIO NETTO, aprovou, por unanimidade, voto de congratulações a VS. Sas. pelo trabalho eficiente que vêm dirigindo junto a Revista RN Econômico, que editada por jovens inteligentes e idealistas, trazem mensagem que é apoiada e compreendida por todos Norte-Rio-grandenses.

Sendo o que se nos apresenta para o momento subscrevemo-nos com apreço e consideração.

José Pinto Freire —
Presidente da Câmara
Municipal de Natal.

Direito Fiscal Trabalhista Comercial

Advocacia Preventiva — Auditoria Permanente

NEY LOPES DE SOUSA

Escritório: Rua João Pessoa, 219 - s/207 (Edifício Sisal)

Fones: 1335 — 2128 — Natal RN

Fotocópias
Fotografias 3 x 4
(em 15 minutos)
J a e c í

Diário Oficial em síntese

Foram publicadas no Diário Oficial do dia 5 de maio, as atas de Assembléias Gerais Ordinárias de F. Alves Neto, Cial S/A Comércio Indústria de Alimentos; no dia 6 de maio do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, de A. Gomes Tecidos S/A; dia 7 de maio da 15a. Assembléia da Companhia de Melhoramentos de Mossoró S/A — COMEMSA, da Fiação e Tecelagem Seridó S/A — FITESSA; no dia 9 de maio de Hassanamim Comércio Indústria S/A; dia 14 de maio de Jessé Freire Agro-Comercial S/A, do Hospital Médico Cirurgico; dia 21 de maio, da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN; de Marpas S/A Comércio e Representação e da Weston S/A Produtos Alimentícios.

**RELATÓRIOS E BALANCE-
TES** — No Diário Oficial do dia 5 de maio foi publicado o relatório das atividades da TELERN; no dia 6 de maio o Relatório da Agua Mineral Santos Reis S/A e o Balanço Geral, Relatório da Diretoria e ata da assembléia extraordinária da Natal Refrigerantes S/A; no dia 7 de maio o Relatório da Diretoria e Balanço da CORENATA S/A Comércio e Representação; Relatório e Ba-

lanço do Centro Hospitalar de Mossoró S/A; Relatório da Diretoria e Balancete da Empresa Industrial de Gesso Mossoró S/A, Balancete da Razão da RIONORTE — Companhia Nacional de Crédito, Financiamento e Investimento, Relatório o Balanço da COIRG — Companhia Industrial Riograndense do Norte.

**ATAS DE ASSEMBLEIAS —
CONVÊNIO ASSINADOS** — No dia 9 de maio o Diário Oficial publicou os termos do contrato firmado entre o Governo do Estado e a CAERN para execução da rede distribuidora d'água do conjunto residencial, na cidade de Caicó; no dia 16 de maio, o termo do contrato celebrado entre a COFERN e a IBM do Brasil, para locação de máquinas de processamento de dados.

COFERN E RIONORTE — Foram publicadas no Diário Oficial do dia 21 de maio várias resoluções da COFERN autorizando a entrega de dotações à RIONORTE para suas aplicações especificamente em contratos de abertura de crédito. Na Resolução 14/70 foi aberto crédito de 50 mil cruzeiros a INPASA, na resolução 15/70, crédito de 20 mil às Industrias Jossan S/A, na resolução 16/70 crédito de 40 mil à Agropecuária Diamante S/A — ADISA e na Resolução 17/70 foram destinados 30 mil cruzeiros para serem aplicados no financiamento da parte de custos da elaboração do projeto agropecuário, que terá como base física as Fazendas Santo Antonio, Mangabinha e Pessoa, situadas em Santa Cruz.

AVISOS DE EMPRESAS — No dia 5 de maio, a ALGIMAR fez publicar no Diário Oficial o aviso da incorporação ao Capital Autorizado da importância de Cr\$ 606.930,00; no dia 21 de maio os Moinhos Brasileiros S/A — MOBRASA publicaram aviso para Assembléia Geral Extraordinária no dia 11 de junho quando será tratado: aumento de capital social, conseqüente reforma dos estatutos e outros assuntos.

Diretor de Redação

Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo

Marcelo Fernandes

Diretor Comercial

Cassiano Arruda
Câmara

Redatores

Antônio Melo
Alcimar de Almeida
Djair Dantas
Hélio Cavalcanti

Colaboradores

Ademar de Medeiros Netto
Benivaldo Azevedo
Cortez Pereira
Edgar Montenegro
Eider Furtado
Francisco C. Queiroz
Geraldo José de Melo
Hênio Melo
Heyder Moura
João Batista Cascudo Rodrigues
João Wilson M. Melo
Jomar Alecrim
Leonardo Bezerra
Mário Moacyr Pôrto
Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Otto de Brito Guerra
Reginaldo Teófilo
Severino de Brito

Depart. Fotográfico

Jaeci Emerenciano

Arte

Antônio Lopes

RN-Econômico, revista, especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da Editora RN-Econômico Ltda. — Rua Seridó, 426. 1º andar, Natal (RN) — e impressa na Gráfica Manimbú — Rua Açú, 666, Natal-RN — Preço do exemplar: Cr\$ 1,50 — Números atrasados: Cr\$ 2,00 — Preço da Assinatura Anual Cr\$ 15,00.

Aviões não querem nada com Natal

Enquanto a sede da **Air France**, no Rio de Janeiro, há uma semana, festejava o 40º aniversário do vôo Dakar-Natal por um avião daquela empresa — que na época tinha o nome de **Latecoere** —, os natalenses sentem, de uma hora para outra, chegar o fim da fama de sua cidade como ponto estratégico e centro de uma vocação aeronáutica irresistível desde os tempos de Augusto Severo. Do tempo dos aviões franceses do correio aéreo, ao das gigantescas Fortalezas Voadoras, passando pelos Douglas de linhas internacionais, o aeroporto de Parnamirim é hoje um deserto, servido apenas por uma companhia e dois aviões diariamente.

O que existe de verdadeiro na decisão das empresas aéreas de afastar seus aviões de Natal? Problemas técnicos, segundo elas. Problemas de mercado, de acordo com observadores. Seja lá o que fôr, a verdade é que Natal deixou de ser ponto de escala de todas as empresas, com exceção da VASP, que mantém — por quanto tempo? — o Boeing 737 e o Samurai ainda em operação normal no Augusto Severo.

O caso do **Electra** — A VARIG operava em Natal com os aviões **Electra**, turboélices de grande conforto e rapidez. Durante muitos anos, eles tiveram a preferência dos natalenses, que aproveitavam os horários convenientes de suas escalas e o fato de, no Rio de Janeiro, operarem no aeroporto Santos Dumont, em pleno centro da cidade, o que não acontecia com seus rivais, o **Viscount** da VASP — também turboélices — e o **Caravelle**, jato puro da **Cruzeiro do Sul**. Além do bom serviço de bordo, havia outra vantagem para o **Electra**: em alguns dias da semana, os vôos Recife-Rio eram diretos, o

que tornava as viagens mais rápidas.

A VARIG, mantinha ainda o **Avro**, turboélice, para o Norte. De uma hora para outra, contudo, a empresa suspendeu os vôos de seus aviões para Natal. No caso do **Electra** ainda houve explicações. Nenhuma, porém, para explicar a retirada do **Avro**.

O gerente da empresa, Breno Pahim afirma que o **Electra** vinha encontrando problemas para operar no aeroporto de Natal. Como a envergadura de suas asas é muito grande, as turbinas da parte externa ultrapassavam os limites das interseções das pistas do aeroporto, durante as manobras para se aproximar ou se afastar da estação de passageiros.

A areia existente ao lado dessas pistas secundárias estava sendo aspirada pelas turbinas, provocando panes sucessivas e grandes prejuízos para a empresa. Houve casos de três aviões **Electra** ficarem retidos em Natal, e de turbinas perdidas totalmente.

Esta é a terceira ou quarta vez que a VARIG retira seus aviões de Natal, alegando a existência do problema. das outras vezes, contudo, a empresa dispunha dos aviões DC-6. Agora, não tem nenhum operando no aeroporto Augusto Severo e não cogita de colocar o **Avro** em substituição ao **Electra**, porque “isso seria vestir um santo para desvestir outro”, segundo o gerente Breno Pahim, lembrando que aqueles aviões foram adquiridos para servir às linhas do interior.

Providências — A administração do aeroporto, por outro lado, não nega que os aviões da VARIG tenham experimentado problemas técnicos em Natal. Mas, conforme explica o administrador Abelardo Quinderé, a largura das pistas secundárias (interseções) é padronizada em todo o Brasil. São 50 metros aqui, no Recife, Salvador, Rio ou São Paulo. Com um detalhe: a VARIG opera com o **Electra** normalmente em Salvador, e o aeroporto Dois de Julho está localizado próximo à costa, num local onde existem várias dunas. Logicamente, o mesmo problema deveria atingir as turbinas do avião naquela cidade.

Concorrência — Há quem afirme, porém, que o problema que está afastando a VARIG de Na-

tal não é a areia das pistas, mas a concorrência que lhe é feita pela VASP, com o **Boeing 737**, que acabou também por retirar daqui o **Caravelle** da **Cruzeiro do Sul**.

Com a elevação progressiva do preço das passagens aéreas, sem ter havido um crescimento paralelo no poder aquisitivo da população, viajar de avião deixou de ser uma necessidade para ser cada vez mais, um luxo. O problema foi agravado ainda pela construção de BR-101, que permite viagens ao Recife em quatro horas, quase o mesmo tempo que se perde no aeroporto, eliminando a vantagem da meia hora que se gasta em um avião a jato até a capital pernambucana.

O **Boeing** passou a escalar em Natal, inicialmente, às quartas e domingos, exatamente nos dias e horários do **Caravelle**. Sendo um avião novo e, por isto mesmo, constituindo uma novidade, passou a receber toda a afluência que antes era destinada ao avião da **Cruzeiro**. Era comum a cena: dez ou 15 passageiros tomando o **Boeing**, enquanto, logo atrás, dois ou três subiam a escada do **Caravelle**. Com o **Electra**, a situação foi semelhante, tendo a companhia preferido retirá-los de Natal, embora mantenha ainda os 23 funcionários de seu escritório.

Pode-se, no caso, culpar a VASP por conta disso? Claro que não, porque a entrada em tráfego do novo equipamento obedece à renovação natural de sua frota. Apenas o alto preço das passagens e a redução do poder aquisitivo da população reduziram um mercado que já foi suficiente para todos. Há três anos, era difícil um lugar em qualquer avião às sextas-feiras, com destino ao Recife. Algumas empresas chegavam a reservar 30 lugares para o percurso. Hoje, os aviões decolam vazios.

E existem casos de pessoas que preferem viajar ao Recife pelo carro-leito que sai à meia-noite, para pegar o avião lá, economizando Cr\$ 150,00. A maioria, porém, está viajando de ônibus, de Natal até o Rio, uma viagem relativamente rápida — 38 horas — e confortável, a um preço mais de quatro vezes inferior aos da tarifa aérea: Cr\$ 82,00, nos carros semi-leito. E sem os riscos de um seqüestro.

Crise do binômio Algodão - Gado na economia potiguar

Os produtores rurais têm perdido, progressivamente, seu poder de compra, seja para a aquisição de insumos do próprio setor ou para a obtenção de produtos de origem industrial, enquanto o custo efetivo do dinheiro sobe além de suas possibilidades.

Deputado **MOACYR TORRES DUARTE**
Presidente da Federação da Agricultura
do Estado do Rio Grande do Norte

A Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, pelo seu presidente deputado Moacyr Torres Duarte, encaminhou ao Presidente da República, aos Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e aos presidentes do Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A e da Confederação Nacional de Agricultura um memorial contendo observações sobre a agropecuária potiguar e postulando medidas e providências capazes de motivar e acelerar o desenvolvimento do setor primário de nossa economia.

O referido estudo mereceu o endosso da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e do Conse-

lho Estadual de Agricultura do Rio Grande do Norte. É aqui publicado por duas razões fundamentais: a primeira a de enfatizar o óbvio — que exatamente por ser óbvio é muitas vezes esquecido e que consiste em colocar a agropecuária, pelo menos, em pé de igualdade com a indústria da transformação ou mesma a indústria de base, que tem tido preferência dos investidores no Nordeste; a segunda em lembrar que o exemplo do Rio Grande do Norte não constitui um caso excepcional ou sequer isolado; o que acontece com sua agropecuária, com pequenas peculiaridades locais, se repete em quase todos os demais Estados do Nordeste.

INTRODUÇÃO

Fazendo uma agropecuária altamente sensível às condições pluviométricas, com rendimentos baixíssimos, mercado pouco expressivo e falta de flexibilidade para substituir as culturas tradicionais, o produtor norte-rio-grandense aferra-se ao binômio algodão/gado, como tábua de salvação, muito embora saiba que ambos estão em crise.

Os instrumentos com que conta, principalmente o crédito e a assistência técnica, são extremamente deficientes. O primeiro, pela alta taxa de juros, comissões e prazos muitas vezes inadequados, o segundo, por ter sua eficiência na dependência do primeiro e das informações de pesquisas agronômicas e, ainda, por atuar numa estrutura fundiária, altamente defeituosa, com uma população rural de baixo nível educacional.

Por outro lado, enquanto o atual processo de comercialização drena do produtor parte dos seus lucros, os preços dos insumos agrícolas ano a ano vêm subindo, onerando cada vez mais os custos de produção. É essa, em síntese a situação real do agricultor potiguar.

IMPORTANCIA DO BINÔMIO: ALGODÃO/GADO

Tendo sua economia baseada fundamentalmente no setor agropecuário, o Estado do Rio Grande do Norte é, entre as unidades federadas uma das mais dependentes dos fenômenos climáticos e, também, das variações de preços dos insumos agrícolas ano mercados nacional e/ou internacional.

Trabalhando com a média do período 1956/66, a preços constantes (de 1956), onde eliminamos os efeitos distorcivos provocados pelo processo inflacionário — podemos constatar que a representatividade assumida pela cotonicultura, no valor total da produção agrícola do Estado, foi da ordem de 52,3%. Observando-se, por outro lado, o montante do valor da agropecuária novamente a cotonicultura se destaca como a atividade mais importante, contribuindo com 37,6% desse montante, sendo a bovinocultura a segunda atividade em importância econômica, com participação de 11,9% do valor total da produção no setor agropecuário estadual.

De imediato, constata-se a grande expressão econômica do binômio algodão/gado. A importância desse binômio se coaduna e se funde, cada vez mais, num elo de características marcadamente compensatórias, mormente quando se sabe que é na pecuária, onde o proprietário rural busca compensar as frustrações e adversidades emanadas da sua atividade agrícola.

Entretanto com o transcorrer dos anos, as crises — sejam do sistema produtivo, sejam de preços — que se abateram sobre a atividade agrícola, tendem, cada vez mais, a distanciar o equilíbrio, provocando profundas repercussões na manutenção do status e na expansão da atividade pecuária.

CRISE DO PROPRIETÁRIO RURAL

Os proprietários rurais do Rio Grande do Norte, através de um processo cumulativo de descapitalização, estão eco-

nomicamente em situação de insolvência perante suas fontes financiadoras — os bancos oficiais. Embora algumas agências considerem altos os ressarcimentos de empréstimos, o que ocorre, normalmente, é o levantamento de novos créditos para cobrir parcelas vencidas.

Tal situação é consequência do empobrecimento que há décadas vem ocorrendo no setor rural, decorrente principalmente do aviltamento de preços dos produtos agrícolas, encarecimento dos custos de produção e o escorchante preço do dinheiro.

Se atentarmos para o desequilíbrio entre os preços dos insumos agrícolas, produtos industrializados, e o que é pago ao produtor rural, podemos compreender, sem grandes dificuldades, o drama da agropecuária potiguar.

Por sua vez, os rendimentos agrícolas mantendo-se nos níveis atuais, é fácil concluir que se gasta cada vez mais para obter o mesmo, ou quantitativos inferiores.

Na hora de resgatar seus compromissos financeiros junto à rede bancária oficial, o proprietário é levado a assumir uma série de procedimentos, sendo os mais comuns:

- venda de gado para pagar custeios agrícolas e/ou investimentos;
- novas modalidades de financiamentos para cobrir o empréstimo original;
- obtenção de dinheiro nos bancos particulares;
- apelo à agiotagem;
- indiferença face ao problema.

Neste caso o mutuário fica impossibilitado de operar na rede bancária oficial seu débito passa a crescer, pois começa um processo cumulativo de juros sobre juros.

SITUAÇÃO BANCÁRIA

1. Aspectos Gerais

A baixa viabilidade econômica do processo produtivo — principalmente das explorações tradicionais absorvedoras da maior proporção dos financiamentos rurais — impede o agricultor de obter poupança em sua atividade. Assim sendo

o mesmo é obrigado a continuar procurando a rede bancária para fazer os seus empréstimos e, gradativamente, vai se descapitalizando.

O que se observa, atualmente, no setor agrícola, é a diminuição constante da rentabilidade do capital aplicado e da produtividade, um aumento de taxas e de juros, dos preços dos insumos e da carga tributária.

Um outro aspecto importante é o da cobrança dos juros e comissões, feitas em junho e dezembro, de cada ano de vigência do contrato. Como sabemos, no Estado do Rio Grande do Norte, o mês de junho não é o de obtenção de renda líquida por parte do produtor rural, ficando o mesmo impedido de saldar seus compromissos, os quais são acrescidos ao capital principal e passarão a pagar juros sobre juros. Com efeito, no mês supra citado, o agricultor tem colhido apenas o milho e feijão gastos, praticamente, no consumo familiar. Embora seja época de comercialização de gado para abate, a forma atomizada da oferta provoca, no atacado, sensível queda de preços, que tem restrita repercussão no varejo.

E, finalmente, um outro problema é o da carência dada aos investimentos rurais, apenas sobre o valor principal, não ocorrendo o mesmo em relação aos juros e comissões. A título de ilustração, verifica-se que, num empréstimo no montante de Cr\$ 15.000,00, com dois anos de carência, o mutuário, pagando apenas os juros e comissões, arca com uma quantia de Cr\$ 4.500,00 para o Banco do Brasil e de Cr\$ 5.400,00 para os Bancos do Nordeste e do Estado, devido às diferentes taxas de comissões cobradas por esses estabelecimentos. Em virtude disso, o produtor rural, na maioria das vezes, é obrigado a se desfazer de parte do seu patrimônio para saldar esses compromissos, exigíveis durante o período de carência, que, geralmente, vai de um a dois anos.

Quadro I

Estabelecimentos Bancários que Operam com Crédito Rural

NOMES	N.º de Agências	N.º Médio de
		Municípios Atendidos por Agência
-- Banco do Brasil	8	17
-- Banco Nacional de Crédito Cooperativo ...	2	*
-- Banco do Nordeste	7	16
-- Banco do Estado do Rio Grande do Norte	3	50
TOTAL	20	—

FONTE: — ANCAR — (RN)

* — O B.N.C.C. atende somente cooperativas.

O elevado número de municípios atendidos em cada agência de crédito e a procura atomizada em determinadas épocas do ano são causas de encarecimento das operações, tendo em vista as despesas de deslocamento e hospedagem que o mutuário é obrigado a fazer, sempre por mais de uma vez.

3. Taxas e Juros

Diante da realidade atual de nossa agricultura, pode-se afirmar que são elevadas as taxas, os juros e as comissões, cobradas nos empréstimos rurais.

Quadro II

Juros Cobrados por Estabelecimento

VALORES LIMITES	BB	BNB	BANDERN	BNCC
— Até 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no país	9%	13%	14%	12%
— De 50 a 500 vezes o maior salário-mínimo vigente no país	15%	18%	18%	14%
— Acima deste teto (valor)	18%	18%	18%	14%

FONTE: — ANCAR — (RN)

Se adicionarmos aos juros, taxas e comissões, outras despesas, como: registro de contrato, avaliação, passagem e hospedagem do mutuário em função de financiamento de valor superior a 50

vezes o maior salário-mínimo vigente no País verifica-se que o custo do dinheiro eleva-se a uma percentagem superior a 18% ao ano.

Exemplo:

Empréstimo no Valor de Cr\$ 15.000,00

Encargos do Agricultor em um ano	BB	BNB	BANDERN
— Juros %	12	12	12
— Comissões %	3	6	6
— ISOF (imposto sobre operações financeiras)	0,5	0,5	0,5
— Taxa de avaliação e fiscalização ..	0,05	0,05	1,0

OBS.: Não estão incluídas as despesas de transporte e hospedagem do mutuário.

PREÇOS DOS PRODUTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS

No estudo dos diversos fatores que compõem a problemática da agricultura potiguar, merece um destaque especial os preços dos produtos e insumos agrícolas.

Analisando-se a evolução dos preços do algodão em rama ou, em outras palavras, aqueles que são recebidos pelos produtores X, os preços alcançados pelos seus subprodutos, o que vale dizer, os preços recebidos pelos usineiros, poderemos compreender o estágio de acelerada descapitalização a que foi submetido o agricultor, durante o período de 1963/69, série adotada para estudo.

Durante a média desse período, os preços do algodão em rama apresentaram um crescimento relativo da ordem de 269,57%, enquanto o mesmo índice, para os preços do algodão em pluma, do caroço, do linter, da torta, e do óleo foram, respectivamente, 432/14%, 448,28%, 181,00% e 871,42%. Pela comparação desses percentuais, constata-se, de imediato que a evolução média dos preços, ao nível do agricultor, foi bem inferior à verificada ao nível do usineiro. No que pese as diferenças de custos de produção existentes, depende-se que o cotonicultor encontra-se numa posição inferiorizada, posto que o processo inflacionário, incidindo fortemente sobre o único produto, cujos preços crescem lentamente, não lhe dá margem a pulverizar os acréscimos de custos, como podem fazer os usineiros refratários, através de vários subprodutos que, mesmo sob diversas

Quadro III

Evolução dos Preços do Algodão e seus Subprodutos Cr\$/Kg.

Produtos	Anos	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Algodão em Caroço	V.A.	0,15	0,30	0,36	0,36	0,50	0,55	0,60
	V.R.	100	200	240	240	333	367	400
Algodão em Pluma (*)	V.A.	0,34	0,45	1,07	1,58	1,50	2,17	2,55
	V.R.	100	132	315	406	441	638	750
Caroço de Algodão	V.A.	0,04	0,12	0,16	0,16	0,18	0,25	0,30
	V.R.	100	300	400	400	450	625	750
Línter	V.A.	0,08	0,10	0,18	0,30	0,55	0,60	0,70
	V.R.	100	125	225	375	688	750	875
Torta de Caroço	V.A.	0,03	0,06	0,11	0,12	0,14	0,16	0,19
	V.R.	100	200	367	400	467	533	600
Óleo	V.A.	0,08	0,52	0,55	0,60	0,73	1,10	1,10
	V.R.	100	650	688	750	912	1.375	1.625

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura — Departamento de Classificação de Produtos Agropecuários, Cálculos efetuados pela CEPA — RN, 1970.

(*) — Preços médios por kg. para o mercado nacional

Quadro IV

Evolução Percentual dos Preços dos Subprodutos do Algodão em Relação ao Algodão em Rama

Anos	Relações	Torta/Algodão em Rama %	Línter/Algodão em Rama %	Óleo/Algodão em Rama %	Caroço/Algodão em Rama %
1963	20,0	53,3	53,3	26,7
1964	20,0	33,3	173,3	40,0
1965	30,5	50,0	152,8	44,4
1966	33,3	83,3	166,7	44,4
1967	28,0	110,0	146,0	36,0
1968	29,1	109,1	200,0	45,4
1969	30,0	116,7	216,7	50,0

FONTE: Quadro I — Relação percentual Preços dos subprodutos
 $\frac{\text{Preços dos subprodutos}}{\text{Preços do algodão em rama}} \times 100$

restrições conjunturais de demanda, têm seus preços evoluindo numa velocidade superior ao do produto-base.

Devemos ainda destacar a relação existente entre os preços do algodão em rama, os do caroço e os da torta, uma vez que os três fazem parte integrante das atividades agropecuárias dos produtores.

Assim, enquanto em 1963 o produtor, para adquirir 1 quilo de sementes e/ou torta, dispndia, respectivamente, 26,7% e/ou 20,0% do resultado da venda na mesma quantidade de algodão em rama em 1964, essa relação se alterava para 40,0%, relativamente ao caroço, permanecendo a mesma quanto à torta. No ano seguinte, 1965, surge nova modificação, passando a ser necessário manter a relação 1 parra 1 dispndio, da ordem 44,4% e/ou 30,5% para aquisição de, respectivamente, caroço e/ou torta. Já no triênio 1966/68, os gastos que os produtores faziam com o produto da venda de 1 kg de algodão em rama, para aquisição da mesma quantidade de sementes e/ou torta, são da ordem de 44,4% e/ou 33,3% em 1966; 36,0% e/ou 28,0% em 1967 e 45,4% e/ou 29,1% em 1968. Finalmente, no último ano da série, para

a aquisição do mesmo volume de sementes e/ou torta, era necessário 50,0% e/ou 30,0% do total da renda auferida pela venda de um quilo de algodão em rama.

Se considerarmos, ainda, a relação algodão em rama/óleo do caroço, e admitindo que esses subprodutos fazem

parte da dieta alimentar do produtor, observamos que, nos extremos da série estudada para a aquisição de 1 kg de óleo, o agricultor dispndia 53,3% da renda auferida com a venda da mesma quantidade de algodão em rama e que, no último ano da série (1969), para obter a mesma unidade de óleo, eram necessários 2,16 kg de algodão em caroço.

Adicionando-se à nossa análise a evolução dos preços dos principais insumos de origem industrial, utilizados na agricultura, observamos que, entre os anos de 1966 e 1969, o produto que apresentou maior percentual de evolução foi o inseticida, com incremento de 2500% e, em posição inversa, nesse período, o pulverizador, com evolução de 667%.

Vale destacar que, em comparação à evolução dos preços do algodão em rama, esses dois insumos cresceram mais rapidamente em, respectivamente, 367% e 2.220%, entre os anos de 1963 e 1969.

Essa desigualdade se acentua quando se confronta a paridade de preços desses produtos, com a do algodão em rama.

Utilizando-se apenas os pontos extremos do período estudado para estudo, uma vez que atende aos objetivos almejados e evita uma análise descritiva alongada, inferimos que, em relação aos insumos de origem industrial, os produtos agrícolas perdem aceleradamente seu poder de compra.

Assim, enquanto, em 1963, os agricultores necessitavam, para aquisição de um cultivador, dispor de 33,3 kg de algodão em rama, em 1969, para comprar o mesmo cultivador, eram necessários 75 quilos daquele produto, o que, em termos relativos, corresponde a necessidades em acréscimos de dispndios de respectivamente, 3.333,3% e 7.500%.

Para a aquisição de uma simples enxada manual, no primeiro ano da série 2,33 kg. de algodão em rama eram suficientes, passando, no final desse período, necessariamente, a 5,16 kg. Quanto à enxada de cultivador, nos pontos extremos do período, o agricultor necessitava dispor de 4 e 10 kg respectivamente.

Para o pulverizador e o inseticida, só poderiam dispor desses insumos aqueles produtores que tivessem condições de subtrair, do total de suas rendas em 1963, o valor correspondente a 80 kg e 2,7 kg de algodão em rama. Para reali-

Quadro V

Evolução dos Preços dos Principais Insumos Agrícolas

Insumos	Anos	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Cultivador	V.A.	5,00	10,00	15,00	20,00	25,00	35,00	45,00
	V.R.	100	200	300	400	500	700	900
Enxada Manual	V.A.	0,35	0,75	1,42	1,60	2,00	2,70	3,10
	V.R.	100	214	406	457	571	771	886
Enxada Cult. (Terno)	V.A.	0,60	0,90	1,80	2,65	3,40	4,20	6,00
	V.R.	100	150	300	442	567	700	1.000
Pulverizador	V.A.	12,00	15,00	25,00	58,00	50,00	54,00	80,00
	V.R.	100	125	208	317	417	450	667
Inseticida	V.A.	0,40	1,50	3,00	3,00	4,00	5,00	10,00
	V.R.	100	175	750	750	1.000	1.250	2.500
Arame Farpado	V.A.	2,50	3,50	12,00	15,00	18,00	20,00	23,00
	V.R.	100	140	480	600	720	800	920

FONTE: — COFAN

Quadro VI

Relação Preços/Kg Algodão em Rama/Unidades de Insumos Agrícolas

Anos	Insumos	Cultivador %	Enxada	Enxada de	Pulverizador	Inseticida	Arame Far-
			Manual	Cultivador			pado (rólo)
			%	%	%	%	%
1963	3.333,3	233,0	400,0	8.000,0	266,7	1.666,7	
1964	3.333,3	250,0	300,0	5.000,0	500,0	1.666,7	
1965	4.166,7	394,4	500,0	6.944,4	833,3	3.333,3	
1966	5.555,5	444,4	736,1	10.555,6	833,3	4.166,7	
1967	5.000,0	400,0	680,0	10.000,0	800,0	3.600,0	
1968	6.363,6	490,9	763,6	9.818,1	909,1	4.000,0	
1969	7.500,0	516,7	1.000,0	13.333,3	1.666,7	3.833,3	

FONTE: — Quadros III e V.

2,7 kg de algodão er rama. Para reallzar a mesma compra em 1969, seriam necessarios 133,3 kg e 16,7 kg de algodão em rama,, respectivamente.

Finalmente, no que se refere ao arame farpado, verificamos que, para se obter um rôlo de 20 kg, em 1963, ter-se-ia que apurar o valor correspondente a 16,6 kg de algodão em caroço e, em 1969, o equivalente a 38,8 kg.

Estendendo, ainda, nossa análise aos percentuais dos gastos dos consumidores, que chegam até aos produtores, identificamos, para a relação preços do algodão em caroço/preços do algodão em pluma, que, durante a média do período estudado, seus produtores receberam 36% dos gastos dos consumidores. Como, porém, o usineiro tem à sua disposição as sementes e considerando que não faça outros beneficiamentos, salvo as vendas em estário natural, verificamos, da nova relação de preços do algodão em caroço/preços do algodão em pluma/mais preços das sementes de algodão, que, na média da série, os produtores receberam dos gastos dos consumidores apenas 31%.

Do exposto, em linhas anteriores, pode-se observar que os produtores, dentro do contexto produtivo estadual estão localizados numa posição, onde ficam sujeitos a pressões, não só dos intermediários do processo de comercialização, mas, também, das disparidades existentes entre os índices de evolução de preços dos seus produtos, relativamente aos dos insumos de origem industrial, além das crescentes taxas e juros do sistema bancário, acrescidas de onerantes encargos tributários. Fica, por conseguinte evidenciado que o produtor agrícola ainda continua sendo um dos principais agentes financiadores dos demais setores do sistema produtivo, embora não tenham a mínima condição para continuar a exercer essa função histórica.

No que toca à atividade pecuária, onde a bovinocultura de corte e de leite tem um alto coeficiente de representatividade — mais de 75% do valor médio da produção animal de 1955/66 — é de observação corrente que esta atividade em função do aviltamento dos preços agrícolas, tem se deslocado de uma posição subsidiária para representar a principal fonte de renda do produtor rural. Como esta constatação é relativamente genérica, não sabemos até onde poderá ser sustentada, baseados não só nos exemplos pretéritos concretos, mas, prin-

cipalmente, se se levar em conta que, dentro de uma visão prospectiva mais ampla, existe uma forte tendência ao agravamento dos problemas que assediavam à bovinocultura, isto se não se procurar modificar as tendências.

No trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, que tem como título "A crise do binômio algodão/gado na economia potiguar", extraímos, às páginas 13 e 14:

"Poder-se-ia alegar que a carne é cara. Mas não se deve confundir baixo poder aquisitivo com preço alto. Se se computar o preço da terra, o custo do bezerro, as despesas de trato, o tempo de pastoreio, os gastos com concentrados, os juros de capital em 4 anos, além da carga tributária, um boi de 10 arrobas, vendido por Cr\$ 270,00, preço vigente no mercado, está longe de representar um negócio vantajoso. E atente-se para o fato de que, na crista da espiral inflacionária, de 1958 a esta data, a carne foi um dos produtos que sofreu o menor índice de majoração. Exemplifiquemos, embora elementarmente: em 1958 o salário mínimo, em Natal, era de ... Cr\$ 1.800,00 e custava um quilo de carne Cr\$ 120,00. Um operário para adquirir um quilo de carne precisaria trabalhar 16 horas, o equivalente a dois dias de trabalho. Em 1969 o salário-mínimo, em Natal, é Cr\$ 98,00 e um quilo de carne custa Cr\$ 3,50. O operário precisa trabalhar 8 horas para adquirir um quilo do produto, ou seja, trabalhar o equivalente a um dia de trabalho".

COMERCIALIZAÇÃO

A inexistência de informações de mercado, aliadas ao pouco dinamismo dos órgãos que têm por função regularizar e simplificar o processo de comercialização, além dos juros, taxas, comissões e restrições impostas pelo sistema bancário, tem contribuído, diretamente, para marginalizar, cada vez mais o elemento responsável pelo processo produtivo e, indiretamente, para reforçar o agente intermediário, geralmente sensível aos estímulos de mercado.

O pequeno agricultor, isolado em sua gleba, realiza tôdas as operações comerciais com os agentes intermediários itinerantes aos quais, na maioria das vezes, por anos a fio, é devedor, o qual lhe impõe vendas antecipadas, isto é, na fôlha.

A nível de médio e dos grandes produtores, o processo apresenta algumas modificações. Estes, possuidores de melhores meios de locomoção, estabelecem contato direto com os usineiros. Os maquinistas, além do sistema de compras que adotam — ora pagando uma parte, ora deixando para acertar os preços com 80/120 dias — ainda submetem os produtores a uma série de medidas, entre outras, o pêso registrado por sua balança e a classificação dos seus empregados.

Quando à pecuária bovina, a comercialização ainda está bastante desorganizada, em virtude das irregularidades no fluxo de oferta, provocando, pela

Quadro VII

Percentuais dos Gastos dos Consumidores Que Chegam Até os Produtores

Anos	Algodão em Rama	Algodão em Rama
	Algodão em Pluma	Allg. em Pluma/ Caroço de Algodão
1963	44,1	39,5
1964	66,7	52,6
1965	33,6	29,3
1966	26,1	23,4
1967	33,3	29,8
1968	25,3	22,7
1969	23,5	21,0

FONTE: — Quadro I

baixa produtividade do rebanho crioulo, pela incipiência dos suportes forrageiros pelas doenças e pela inexistência de uma unidade de abate o aproveitamento industrial dos animais que se destinam ao consumo.

Cumprido destacar que o sistema cooperativista, existente no Estado, longe está de provocar modificações de vulto no processo de comercialização. Segundo dados do DCOR, em 1969, funcionavam, no Estado, 19 cooperativas mistas, 9 cooperativas de crédito e 10 de consumo, que tinham de per si, 16.907, 10.045 e 2.638 associados, perfazendo um total de 29.590. Transcrevemos, a seguir, algumas conclusões do item 5 — Capítulo VI do Anteprojeto ao Programa de Trabalho da ANCAR — (RN), por sintetizar de modo irrefutável, as principais características das cooperativas em atuação no Estado:

1) "que o capital por sócio e por cooperativa é reduzido, acarretando, em consequência, impossibilidade de atendimento eficiente à coletividade associada; 2) ausência de recursos por parte das cooperativas para investir em serviços como: provisão de insumos, infra-estrutura para comercialização ou industrialização da produção agrícola; 3) o capital subscrito representa, praticamente, o capital realizado; 4) dentre as cooperativas são as mistas aquelas de mais precárias condições financeiras, visto serem os sócios, agropecuaristas em geral, de reduzidas possibilidades econômicas; 5) aproximadamente 2/3 das cooperativas, em funcionamento, são mistas, proporcionando mais possibilidade em potencial de atendimento ao setor agrícola".

CONCLUSÕES

1) Os juros, comissões e prazos dos bancos oficiais são inadequados à reali-

dade agropecuária do Rio Grande do Norte, visto estar baseada em culturas tradicionais, altamente sensíveis às condições naturais e apresentando baixa produtividade.

2) A tecnologia atualmente empregada pouco tem conseguido em termos de impacto no aumento dos rendimentos.

3) A falta de experimentação agropecuária, com técnicas que absorvem grandes inversões, tais como: correção de solo, adubação e irrigação, impedem o produtor de transformar sua agricultura tradicional através do emprêgo de fatores modernos de produção.

4) O período de pagamento de juros, feito semestralmente, cria sérias dificuldades para o mutuário, uma vez que a cobrança do 1.º semestre se dá num mês (junho) em que não há, na empresa rural, renda líquida suficiente.

5) A assistência técnica ao nível do produtor é incapaz de produzir impactos, pois sua eficiência depende do emprêgo do crédito rural e das informações da pesquisa agrônômica, ambos com grande deficiência.

6) O sistema cooperativo muito pouco tem feito no sentido de realizar uma comercialização mais efetiva, em termos de compra e venda de produtos e insumos agrícolas.

7) A inexistência de informações de mercado, aliadas ao pouco dinamismo dos órgãos públicos que têm por função regularizar e facilitar o processo de comercialização, colocam os produtores nas mãos especulativas dos intermediários.

8) Os produtores rurais têm perdido, progressivamente, seu poder de compra, seja para a aquisição de insumos do próprio setor ou para a obtenção de produtos de origem industrial.

9) Os agricultores enfrentam substanciais problemas de aferição de peso na venda do algodão e na compra da torta,

além das imposições impostas pela classificação das usinas beneficiadoras.

10) Os percentuais dos gastos dos consumidores que chegam até os produtores indicam elevadas margens absorvidas pelos serviços de intermediação, em detrimento de produtor.

Face ao exposto, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, entidade sindical de grau superior, coordenadora das atividades econômica da agricultura, neste Estado, interpretando os anseios e as reivindicações dos ruralistas norte-rio-grandenses, legitimamente postula:

1) mobilização e oferta de recursos financeiros substanciais e tempestivos, através de crédito devidamente orientado;

2) dilatação dos prazos e períodos de carência dos contratos de financiamentos agropecuários em função do objetivo e da rentabilidade do empreendimento a ser financiado;

3) redução dos custos operacionais (taxas, juros e comissões) dos financiamentos agropecuários capazes de motivar e acelerar o processo de desenvolvimento do setor primário;

4) exame da situação dos ruralistas que contrairam empréstimos para suas atividades e que se encontram em dificuldades de resgate, buscando-se soluções para cada caso e evitando-se a penhora de suas propriedades e as correspondentes ações executivas em curso;

5) providência do Banco Central do Brasil junto aos agentes financeiros que que distribuem créditos rurais, abolindo-se a exigência de concessão de financiamento sob a dependência da reciprocidade de depósito;

6) concessão de financiamentos pecuários aos clientes que já tenham responsabilidades de financiamentos agrícolas, embora em atraso ou não totalmente ressarcidos.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO RIOGRANDENSE DO NORTE — APERN

AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Rua Vigário Bartolomeu, 635 — Loja-4 — Natal-RN—Carta Patente n. 24 de 26.8.68 Expedida pelo BNH

Balancete mensal sintético em 5 de maio de 1970

A T I V O			P A S S I V O		
DISPONÍVEL			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Encaixe	951.294,34		Recursos Próprios	50.866,87	
Subencaixe	631.800,00	1.583.094,34	Recursos dos Associados	5.163.347,82	5.214.214,69
REALIZÁVEL			EXIGÍVEL		
Financiamentos Imobiliários	8.839.692,25		Recursos de Terceiros	4.111.918,48	
Aplicações Diversas	1.990,00	8.841.682,25	Credores Diversos e Provisões	77.226,60	
IMOBILIZADO			Outras Exigibilidades	729.268,72	4.918.413,08
Bens Móveis de Uso	50.820,98		RECEITA GERAL		
Bens Imóveis de Uso	25.033,98	75.854,96	Receita Operacional	1.051.020,16	
DESPESA GERAL			Receita de Serviços	107.206,66	
Despesas de Funcionamento	824.012,33		Receita Extraordinária	5.514,02	
Despesas a Apropriar	33.251,91	857.264,24	Receita a Apropriar	61.526,46	1.225.267,30
Subsoma		11.357.895,79	Subsoma		11.357.895,79
COMPENSAÇÃO			COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança — Recebidos	18.163.141,30		Credores por Garantia, Custódia ou Cobrança	18.163.141,30	
Depositários de Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança	5.428.132,92	23.591.274,22	Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança — Entregues	5.428.132,92	23.591.274,22
Soma		34.949.170,01	Soma		34.949.170,01

Natal (RN), 5 de maio de 1970.

FERNANDO A. BARRETO PAIVA
Administrador-Geral

OLIMPIO P. MOURA
Administrador de Operações e Finanças

FRANCISCO CANUTO DE MEDEIROS
Técnico em Contabilidade - CRC - RN - N. 984

Homens & Empresas



O Diretor do Núcleo de Assistência Industrial do BANDERN Miguel Ferreira, anuncia ampliação no programa de financiamento à pequena e média empresa

A NATALCRED associou-se ao Banco Mercantil de Pernambuco, passando-lhe 49 por cento das suas ações e recebendo 25 por cento das ações do Banco. Arimar França, Diretor da NATALCRED, é também, agora, um dos Diretores do Banco Mercantil de Pernambuco. Com a operação, saíram ganhando as duas instituições, pois a financeira precisava de um banco, e vice-versa.

Em decorrência da transação, a NATALCRED ganhou novo nome (MERCANTILCRED) e uma filial em Recife até o próximo mês de outubro, enquanto o Banco Mercantil de Pernambuco terá filial em Na-

tal dentro de 60 dias. A MEI-CANTILCRED já conta com uma distribuidora de títulos e valores no Rio, e acaba de elevar o seu capital de 800 para 900 mil cruzeiros. Portanto, não há nada de fundamento na história de que a NATALCRED teria sido vendida.

Rubens Costa, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, um dos três mais poderosos bancos brasileiros, é Cidadão Honorário de Natal, em virtudes de título que lhe foi concedido pela unanimidade dos vereadores do município, no início deste mês. A ideia de tornar Rubens Costa Cidadão Natalense partiu do líder do MDB, vereador Gilberto Rodrigues.

O Núcleo de Assistência Industrial do Banco do Rio Grande do Norte tem três projetos em estudo, na faixa de pequena e média empresa, conforme anunciou Miguel Ferreira, que dirige os trabalhos do NAI. Os projetos atingem três setores industriais: confecções (grupo Flôr e Loja Dinam) metalurgia (João Wanderley) e algodão hidrófilo (grupo Protarquímica).

O SENAC vai construir um prédio de três andares, vizinho ao SESC. Para tanto, já publicou edital de concorrência. É mais uma obra de vulto trazida para o Estado pela ação de Jessé Freire.

Enquanto isso, Reginaldo Teófilo anuncia que está em fase de conclusão o Balneário do SESC, na praia de Ponta Negra, investimento de 400 mil cruzeiros.

Jomar Alecrim, um dos diretores da INDUPLAN e professor da Faculdade de Economia, participará do 4.º Curso Interamericano Sobre Preparação e Avaliação de Projetos,



Rubens Costa, Presidente

do Banco do Nordeste, é

o mais novo cidadão

natalense

promovido pela OEA, um agosto próximo, na cidade de Fortaleza. O Curso terá participação de técnicos estrangeiros e será ministrado em Inglês e Espanhol.

Está em análise na Sudene e deverá ser aprovado dentro de três meses o projeto da Santa Mônica Industrial Sociedade Anônima (SAMISA), para criação de peixe em cativeiro no vale do Ceará-Mirim. Esta semana chegará ao Estado uma equipe técnica da Sudene para examinar in loco as condições físicas do local dos viveiros. O projeto tem à frente Josué Teixeira de Carvalho e o seu valor é orçado em um milhão e cem mil cruzeiros.

Também em análise na Sudene o projeto de ampliação da refinaria de milho GOSSON, que prevê investimentos da ordem de 3.776.000 cruzeiros. Com a ampliação, a indústria GOSSON suprirá todo o mercado do Nordeste e diversificará sua linha de produção.

A APERN — Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — já está com o seguinte volume de operações: 500 casas financiadas, com investimento de quase 9 milhões de cruzeiros. Tem aumentado de tal forma o movimento da APERN que os seus diretores decidiram construir na Praça Padre João Maria um edifício de 7 ou 8 andares para sede da entidade.

Por sinal, a APERN realizou há pouco tempo eleição de nova diretoria, encaminhando mais uma vez Fernando Paiva para

a função de Administrador Geral, e Olímpio Procópio para Administrador de Operações e Finanças.

O grupo Alonso Bezerra está ingressando no ramo da construção civil. O seu primeiro lançamento em Natal será um edifício de 6 andares, com um conjunto de 48 apartamentos de alto padrão, num terreno de 2 mil metros quadrados, na confluência das avenidas Afonso Pena e Apodí. O grupo adquiriu o controle de uma antiga firma construtora, à qual deu a denominação de CONTRAL — Comércio e Construção Trairi Ltda. Está à frente do empreendimento Alonso Bezerra Filho.



Odilon Ribeiro Coutinho é candidato forte ao Senado

A vida de uma empresa (2)

Empresa Industrial Técnica S. A.

Tudo começou em 1951, quando três engenheiros recém-formados decidiram juntar capital e fundar uma empresa de construção. No dia 12 de novembro daquele ano, nascia, em Recife, a **Empresa Industrial Técnica Ltda.**, com . . . Cr\$ 300,00 de capital inicial. Dos três sócios — José Nilson de Sá, Antônio Pessoa Cavalcanti e Daniel Uchoa Bezerra Cavalcanti — apenas o primeiro continuou até hoje. Os outros dois, um foi para a Petrobrás, o outro para o Banco Nacional de Habitação.

Quase 20 anos depois, a EIT com sede em Natal, é uma das maiores empresas do Nordeste com um capital registrado de Cr\$ 13 milhões, pagamento mensal da ordem de Cr\$ 3 milhões e uma média de contribuição mensal para o INPS que sobe a Cr\$ 100 mil.

PRIMEIROS TEMPOS

A pequena **EIT Ltda.** começou suas atividades executando obras através de contratos com o Ministério da Aeronáutica, em aeroportos do Interior de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste, subordinados à 2a. Zona Aérea. A empresa construiu, nesta primeira fase, os aeroportos de Petrolina, Penedo e pavimentação do aeroporto de Campina Grande, além de executar os serviços de melhoramento da pista de rolamento e do pátio de manobras do aeroporto dos Guararapes, no Recife.

Em 1954, a empresa passava a trabalhar para o DNER e executava os seus primeiros trabalhos no Rio Grande do Norte, na rodovia Mossoró-Upanema-Augusto Severo. Era também a época em que se ia iniciar a construção da famosa BR-101 (uma das mais

importantes rodovias brasileiras, em construção, que ligará Natal a Osório, no Rio Grande do Sul, unindo o Brasil de Norte a Sul pelo litoral), na época conhecida como BR-11. Os diretores pensaram, então em transferir a empresa para Natal, o que só ocorreria três anos depois, em 1957.

Nesta altura, os Cr\$ 300,00 iniciais haviam subido para Cr\$ 2 mil e a firma contava com novos sócios, em lugar dos que haviam saído: Aporiano Martins de Sa, pai do engenheiro José Nilson de Sá, e Renato Gomes Soares. Com a transferência para Natal, a empresa transformou-se em sociedade anônima, passando a denominar-se **Empresa Industrial Técnica S/A**, passando também a executar um volume de obras contratadas pelo

DNER, coincidindo ainda com a demarcação da política rodoviária do Governo do Estado ao tempo de Dinarte Mariz.

NOVOS HORIZONTES

Em 1960, o capital da EIT já se elevava a Cr\$ 10 mil. Três anos depois, esse número quintuplicava, passando o capital para Cr\$ 50 mil. Em 1965 com o início dos trabalhos na BR-116, no Ceará, foi aberta uma filial da empresa em Fortaleza. Um ano antes, em 1964, novo pulo no capital, que já subia a Cr\$ 290 mil. Em 1966, chegaria a Cr\$ 700 mil e, um ano depois, a Cr\$ 1.170 mil.

Em 1969, a EIT resolveu democratizar o seu capital, com a subscrição de novos acionistas. Imediatamente, três firmas do Ceará passaram a

Sob a direção do Engenheiro José Nilson de Sá, a Empresa Industrial Técnica S. A. atingiu em menos de 20 anos uma posição de destaque entre as grandes firmas de construção rodoviária do Brasil. Com um capital de 13 milhões e 600 mil cruzeiros, em via de ser elevado para mais de 15 milhões, a EIT objetiva agora ganhar concorrências para obras do Sul do país, e tem tôdas as chances.

fazer parte da EIT, adquirindo parte das ações postas à venda. O capital, então, atingiu a soma de Cr\$ 5.450.000,00. Neste período, foi adquirido o controle acionário da Construtora Bandeirantes S/A, do Maranhão, que foi dissolvida e incorporada à EIT. Com a absorção, o capital passou para . . Cr\$ 10.900 mil.

Atualmente, com o resultado dos balanços efetuados e a renovação de equipamento, o capital soma Cr\$ 13.600 mil, com previsão de aumento, dentro de pouco tempo, para Cr\$ 15 milhões.

ESTATÍSTICAS

Durante esse período de quase 20 anos, a EIT conseguiu montar um parque mecanizado que vale, aproximadamente,

A SEDE DA EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA



Cr\$ 35 milhões. O engenheiro José Nilson de Sá, diretor-presidente da empresa, não sabe dizer quantas máquinas formam o acervo: já perdeu a conta.

Lembra, porém, alguns números interessantes a respeito da firma que fundou. Por exemplo: o volume de terra movimentado pela EIT neste período soma 10 milhões de metros cúbicos. Outro dado importante do seu acervo de idoneidade técnica: o total da área pavimentada em rodovias, aeroportos e urbanização atinge a 2 milhões de metros quadrados, desde a sua criação.

OBRAS

Entre as obras mais importantes executadas pela empresa desde a sua criação, José Nilson de Sá, cita os trechos da BR-116 (quase 100 quilômetros) da BR-101 (até o trevo de Santa Rita, cerca de 35 quilômetros de pavimentação), além de outros serviços de implantação executados nesta mesma rodovia, antes da chegada do Batalhão de Engenharia, que retificou e melhorou alguns trechos. Ainda na BR-101, executou os trechos entre Goiânia e Canguaretama até a fronteira da Paraíba e daí até Mamanguape. Outra rodovia importante, em termos ainda de implantação, é a BR-304. No trecho Angicos-Mossoró, as obras estão a cargo da EIT.

A crédito da empresa, são citados ainda a construção do aeroporto de Mossoró; a implantação, no Ceará, de uma rodovia estadual, através de financiamento conseguido no Exterior; outra rodovia estadual no Ceará, ligando a BR-116 a cidade de Quixadá, com cerca de 100 quilômetros, em fase de conclusão; além de obras executadas no Piauí e no Maranhão, contratada pelo DNER e pelos Departamentos de Estradas de Rodagem desses Estados. Por aí se vê que a EIT está equipada para executar qualquer tipo de serviço em pavimentação, seja asfáltica ou de concreto-cimento. O acervo de máquinas para a execução das obras é o mais moderno existente. Há, por exemplo, recentemente adquiridas, 35 motoniveladoras e uma patrulha de moto-escavo-transportadoras, composta de 35 máquinas. E cada uma delas custa Cr\$ 500 mil. Nas diversas obras, a empresa mantém trabalhando cerca de mil operários.

Para o transporte rápido de engenheiros e visitas de inspe-

ção, a empresa dispõe de três aviões e, para facilitar as comunicações entre a sede e os acampamentos de obras, ha uma verdadeira cadeia de pequenas estações de rádio comandadas pela central na nova sede da avenida Salgado Filho. São seis aparelhos de rádio funcionando, mas o Contel já deu licença para a instalação de mais dez, o que será feito com a expansão das frentes de trabalho no futuro. As estações de rádio atualmente estão em Natal (sede), Parnamirim, Quixadá (BR-116), Currais Novos (trecho Currais Novos-Acari) e Fortaleza.

A EIT conta com um quadro de 18 engenheiros, entre sócios e técnicos contratados. Dispõe ainda de um laboratório para exame completo de solos.

NOVA SEDE

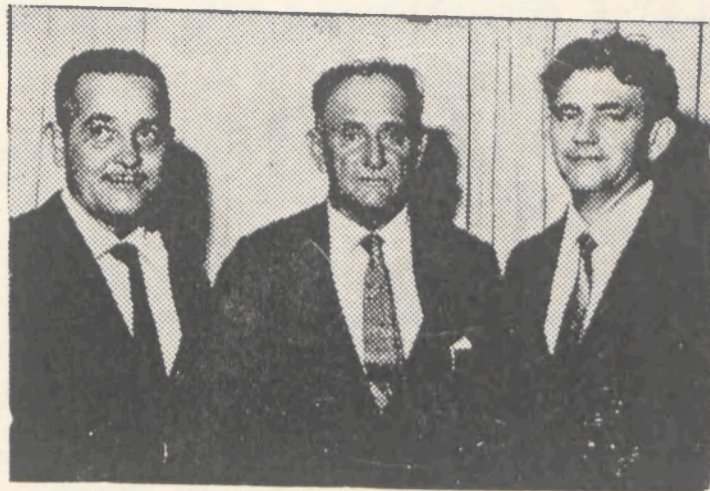
A empresa está de casa nova há cerca de um mês. A nova sede da avenida Salgado Filho, moderníssima e disposta de todas as condições de trabalho indispensáveis ao bem-estar dos funcionários. São 450 metros quadrados de conforto e ambiente decorados por Ubirajara Galvão, bem diferente das salas acanhadas em que a empresa funcionava há até pouco tempo, na Ribeira. Em Fortaleza, há também uma sede à altura da importância que a EIT adquiriu em 20 anos de trabalho.

PLANOS

Mas, a EIT não significa apenas construção de rodovias. Em torno do complexo originado por ela, gravitam o Banco S. Gurgel e uma companhia de crédito imobiliário do Ceará, a Crédimus. E existe um plano ambicioso, no campo da arboricultura. É a plantação de um milhão de pés de caju, para industrialização completa, junto a Mossoró, em terras da Mossoró Agro-Industrial S/A — MARISA, que também faz parte do grupo. Quando o empreendimento ficar concluído, dará emprego direto a três mil pessoas.

O cérebro de todo esse complexo é o engenheiro José Nilson de Sá, ou simplesmente Zenilson, como o chamam os amigos. Zenilson tem 46 anos e uma capacidade de trabalho e organização fora do comum. Atarefadíssimo, consegue, mesmo assim, dividir o esforço de dirigir sua empresa com o cargo de Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. Na FIERN, onde está há três anos, deixou sua

OS DIRETORES DA EIT



Da esquerda para a direita: Eng. Renato Gomes Soares — Diretor Técnico; Aproniano Martins de Sá — Diretor Superintendente; e Eng. José Nilson de Sá — Diretor Presidente.

marca. A instituição dispõe agora de uma infra-estrutura que a faz funcionar como suas congêneres de outros Estados.

Para um homem que já ocupou postos importantes na vida pública do Estado — foi Secretário da Agricultura e Diretor do DER, além de Presidente do Conselho Rodoviário do Estado — Zenilson é um homem muito simples. O segredo do seu sucesso está na sua capacidade de trabalho. Agora mesmo, ele desmarcou uma viagem ao México, deixando de assistir a Copa do Mundo porque os interesses da

sua empresa estão em primeiro lugar.

Sendo um líder empresarial dos mais destacados do Estado, era natural que seu nome surgisse, mais cedo ou mais tarde, nas cogitações dos políticos. Ultimamente, ele foi lembrado para Governador e agora está sendo para Senador. Não parece disposto a concordar com estas indicações feitas à revelia. "Gosto de política como gosto de futebol. Mesmo assim, não posso dizer que torço por um time específico, embora sempre tenha gostado muito do ABC". E a comparação parece encerrar o assunto.

Anunciar em
RN-Econômico dá
prestígio...
e muito lucro!
Esta revista é lida por
gente importante que
PODE COMPRAR
o que V. anuncia.

ATENÇÃO:

Já estão tomando OS NOSSOS minérios

Reportagem de Antônio Melo

No município de Serra Negra do Norte, distando sete quilômetros de Jardim de Piranhas e 31 de Caicó está localizada a mina Diniz, de propriedade de Antônio Guedes Filho, funcionário da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Norte.

No município de Serra Negra do Norte, distando sete quilômetros de Jardim de Piranhas e 31 de Caicó está localizada mais uma mina da Companhia Pato do Brasil, grupo Moreira Salles.

Esta é uma história — verídica — muito complicada.

Alerta — Na primeira quinzena de abril, **RN-Econômico**, com o artigo "Atenção: Querem Tomar Nosso Minério" (nº 11, página 16) alertava para o problema.

Passadas algumas semanas, o primeiro caso concreto. O sr. Antônio Guedes Filho, pelo "Diário de Natal" denunciava que sua mina estava sendo pretendida pela **Pato do Brasil**, do grupo **Moreira Salles**.

Uma história — Sem entender nada de xelita, Antônio Guedes iniciou, em meados de 1968 a pesquisar a existência desse mineral nas terras da sogra de Lino Vicente, seu companheiro de trabalho. Ele dizia sempre, em tom meio sério e brincalhão: "a sogra tendo terra cheia de xelita, eu estou aqui com os braços cheios de processos; e imagine-se que sou o mais rico da família". Um dia Antônio Guedes resolveu conversar com o amigo para ver até onde aquilo era verdade e até onde era brincadeira. Da conversa, saiu uma viagem até Serra Negra do Norte. Saíram os dois às 3 horas da madrugada e chegaram à fazenda às 12,30 horas. Na bagagem, mostra de xelita para comparar com o material que fosse encontrado.

— Com uma quenga de côco, saímos cavando o chão — conta Antônio Guedes — Cavávamos até onde tínhamos condição, isto é, até a profundidade igual ao comprimento do braço de um homem. Não tínhamos ferramenta. Todo material que encontrávamos, metíamos em saquinhos plásticos. Mas nada daquilo que recolhíamos tinha qualquer semelhança com as amostras de xelita que levávamos.

Mineralight — As pesquisas prosseguiram ao longo dos meses julho, agosto, setembro, outubro. Foi nesse espaço de tempo que Antônio Guedes foi notificado da existência de um "mineralite". Não sabia o que era, mas veio se informar junto a outros mineradores do Estado. Soube tratar-se de um instrumento utilizado na pesquisa da xelita que servia

para indicar onde havia o minério. Após receber todas as explicações de um geólogo, conseguiu emprestado um "Mineralite" voltou para Serra Negra. O primeiro sinal de existência de xelita ocorreu em outubro de 1968. Começou a furar parte do terreno de dez em dez metros, local antes escolhido. O "Mineralite" acusava xelita mas ele só recolhia um material vermelho que veio a tomar conhecimento depois de que era granada. Após conversas com geólogos, ele ficou sabendo que a xelita estava coberta por camadas de granada. Tudo o trabalho seria separar um minério do outro. Como sua xelita era muito fina passou muito tempo para chegar a descobrir como dar uma solução ao problema. Novos conselhos de geólogos e, enfim, o problema foi solucionado. Em novembro, a produção era pequena, em dezembro começava a aumentar e, em janeiro ele já retirava semanalmente novecentos quilos de xelita. Viu que o empreendimento ali seria rentável. Elaborou um documento de situação financeira e requereu ao **Departamento Nacional de Produção Mineral** a exploração de uma parte das terras. Fez levantamento da área de acordo com a situação financeira e escolheu o trecho para pesquisa. Enviou em novembro o primeiro documento para a exploração da mina e futura constituição de empresa. Estava feliz. Sabia que com os resultados da exploração poderia ampliar a área de mineração.

Não sabia, contudo, que seus problemas iriam começar justamente neste ponto.

Visitante estrangeiro — Com a descoberta do minério, principalmente em local que nunca se havia de supor a existência de xelita — não há qualquer vestígio de calcareo nas imediações — muitos geólogos, curiosos com a ocorrência única de que têm notícia no mundo, visitavam constantemente a mina. Antônio Guedes estava preocupado porque teria de enviar 60 dias após a entrada do primeiro documento no DNPM, outro contendo cronograma de desembolso e mapa de trabalho e pesquisa.

Faltava apenas um dia para que fosse vencido o prazo para entrega do segundo requerimento, quando apareceu pela mina um geólogo italiano chamado Sante Mascette pertencente ao grupo **Moreira Salles**. Seu interesse era ver como se dera uma ocorrência de xelita em terreno de tal constituição geológica. Era a primeira vez que tivera oportunidade de ver tal coisa. Conversou por cerca de duas horas com Antônio Guedes, muito interessado na região e dando, inclusive explicações de como melhor retirar a xelita impregnada de granada.

Surpresa — Dia seguinte, o sógro de Antônio Guedes viaja até o Rio para dar entrada no requerimento. Chega junto ao funcionário responsável, entrega todos os documentos. Em seguida, comentário do funcionário:

— Engraçado, há poucos minutos veio um outro senhor para dar entrada num pedido de exploração no mesmo local que o senhor está pedindo agora. Apenas um detalhe, a fazenda onde é diz estar a jazida que pretende explorar chama-se "Fazenda dos Souza", mas isso não faz qualquer diferença.

Antônio Guedes recebe telegrama em Natal dando-lhe ciência do que estava acontecendo. Vai para o Rio e procura se informar. Passados alguns dias descobre que a firma que requirera a pesquisa nas terras era a "**Pato do Brasil**" pertencente ao grupo **Moreira Salles**. Descobre mais, para grande surpresa sua, que entre os requerentes estava o nome do geólogo Sante Mascetti, o mesmo que estivera alguns dias passados na mina. No requerimento apresentado pela **Pato do Brasil**, além das terras onde estava ocorrendo a exploração por parte de Antônio Guedes Filho, era pretendida também a exploração de toda a área vizinha, inclusive de outras fazendas na mesma região, incluindo a de um major do Exército que serve em Pernambuco.

Como foi — Segundo as deduções de Antônio Guedes Filho, reforçadas por esclarecimentos de técnicos na Guanabara, tudo foi feito com base em levantamentos aerofotogramétricos do Estado, existentes no Rio, do solo potiguar.

Após a visita a terra onde está a **Mina Diniz**, Sante Mascetti viajou imediatamente para Guanabara, cancelando todos os entendimentos que deveria manter, inclusive com autoridades em Natal. Lá, providenciou todo o levantamento de acordo com fotografias aéreas e requereu a exploração das terras. Poucos dias após, o Diário Oficial da União publicava os dois requerimentos para a exploração das mesmas terras. Eram os da **Pato do Brasil** e da **Mina Diniz**.

Os problemas — Na publicação do Diário Oficial da União, o requerimento

da Pato do Brasil tinha o número do protocolo inferior ao da Mineração Diniz. De acordo com a Legislação sobre minérios a Pato do Brasil por ter recebido número inferior de protocolo tem prioridade sobre as terras ficando somente, e, talvez, apenas a área requerida anteriormente por Antônio Guedes Filho.

Pouco tempo após circulava em Natal um camioneta com placa de Araxá — Minas Gerais com alguns geólogos e conduzindo um instrumento de alta precisão para análise de áreas mineralizadas. Imediatamente Antônio Guedes determinou fôsse esse veículo constantemente vigiado.

Nêsse interim, chegava também a Natal o geólogo Sante Mascetti e conseguia uma entrevista com Antônio Guedes Filho. Os debates foram acalorados e o proprietário da Mina Diniz fez ver por várias vezes ao geólogo italiano quão desleal tinha sido sua atitude e aconselhou Sante Mascetti a não pôr mais os pés nas terras até ter sido resolvida a questão.

Como a discussão tinha sido das mais acirradas, após o geólogo viajar, os seus colegas que se encontravam em Natal com a camioneta com licença de Araxá receberam telegrama para "sair do Estado imediatamente" enquanto que o motorista do veículo recebia outro telegrama determinando que se abandonasse o Estado se deslocando para o Ceará onde deveria se encontrar com os técnicos.

Lá não entram — Após tomar conhecimento da trama que existia para lhe ser tomada a mina, Antônio Guedes Filho resolveu tomar algumas providências.

— Cerquei toda a propriedade e coloquei uma guarda particular para defender a fazenda. Lá não entra ninguém a não ser com um cartão pessoal meu, exceção aos técnicos do Departamento de Produção Mineral que devem se identificar com carteira funcional.

Antônio Guedes justifica as medidas dizendo que toma tais providências por ter ameaçada sua propriedade e defende-a contra qualquer invasão de pessoas indesejadas. Baseia-se no princípio de defesa da propriedade privada.

— Lá não entram e de lá não sairei a não ser por determinação do Governo Central. Creio que tal determinação nunca virá; seria injusto.

Prossegue — Enquanto espera que as coisas se decidam, Antônio Guedes continua os trabalhos na Mina Diniz. Há cinco pontos de pesquisa na região que vêm revelando o aparecimento de mais xelita. Grande parte está sendo estocada.

Já foram abertas estradas ligando a mina a Jardim de Piranhas, feitas construções para os operários e, recentemente, foram dados empregos a cerca de 200 lavradores que pretendiam invadir Jardim de Piranhas. Mais, há serviços médicos à disposição dos operários das minas tanto em Caicó quanto em Jardim de Piranhas. Na mina, estão sendo levantadas construções para o seu aparelhamento.

— Por enquanto — diz Antônio Guedes — estamos em compasso de espera. Até a decisão, continuaremos agindo como estamos e não permitiremos a entrada de estranhos nas nossas terras e continuaremos a exploração do minério normalmente.

Um plano de emergência que não é o da SUDENE

João da Mata Toscano Neto
Engenheiro Agrônomo

I — INTRODUÇÃO

É comum e tradicional no Nordeste Brasileiro, sempre que surgem as estiagens anormais e prolongadas na zona Semi-Arida, a correria dos Órgãos Públicos responsáveis, procurando soluções de emergência para os problemas da Região.

As grandes secas têm atingido todas as camadas sociais rurais, gerando misérias, destruindo poupanças, reduzindo os rebanhos, impedindo o desenvolvimento, estancando o progresso, desestimulando os investimentos no campo, provocando o êxodo, enfim: amedrontando o homem, tornando-o sistematicamente pessimista embora possua a firme resistência da luta pelo domínio da natureza.

Urge, na atual conjuntura a necessidade de não repetirmos os erros do passado mas, atuar dentro de um plano objetivo, exequível, capaz de gerar riquezas e fortalecer o setor agropecuário do Nordeste, investindo naqueles pontos suscetíveis de estrangulamento.

Ao invés de abriremos frentes de trabalhos em obras rodoviárias de emergência, construções de grandes barragens sem o devido estudo técnico agrônomico que determine o aproveitamento racional da água para fins agrícolas, obras estas que acarretam o deslocamento forçado da população obreira para pontos de trabalho onde geralmente inexistem condições de habitação, apresentamos um plano que venha proporcionar às células rurais, maiores possibilidades de resistência às calamidades climáticas.

II — PLANO PARA UMA AÇÃO DE EMERGENCIA NO SETOR AGROPECUARIO DO NORDESTE

1. Atuação

Em todos os Estados do Nordeste onde as condições de chuvas tenham sido ou venham a ser identificadas como precárias e insuficientes ao desenvolvimento normal da exploração Agro-Pecuária.

2. Objetivo

Financiar diretamente aos proprietários atingidos parcial ou totalmente pela estiagem, a introdução e ampliação de melhoramentos rurais, objetivando a fixação da população existente no imóvel, com o aproveitamento de sua mão de obra.

Desta forma, evitar-se-á o deslocamento das famílias para outros pontos, pois, já que no próprio local haverá trabalho assegurado durante toda a estiagem.

3. Identificação dos Melhoramentos ou Serviços Considerados Prioritários e Bases para seus Financiamentos

- Construção de açudes, poços tubulares, barragens, subterrâneos.
- Construção de cisternas domésticas
- Ampliação ou reconstrução de açudes
- Melhoria das habitações rurais (caiação e construção de sanitários).
- Aquisição de conjuntos para irrigação.
- Aquisição de máquinas e implementos agrícolas de tração animal ou mecânica.
- Instalação e reequipamento de poços tubulares já perfurados.

Obs.:—As bases para financiamento constante no (a) serão determinadas em função das condições locais.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

- Aquisição de silos de uma e duas toneladas para armanejamento de cereais
Base para financiamento: Cr\$ 90,00 e Cr\$ 170,00, unidade, respectivamente.
- Fundação de cultura do algodão arboreo, compreendendo: derruba de vegetação nativa, destocamento, encolvaramento e queima, com o respectivo baliamento para plantio.

Base para financiamento: Cr\$ 150,00 hectares.

c) Adubação orgânica de culturas permanentes.

Base para financiamento: De acordo com as condições locais e da cultura a ser adubada.

ATIVIDADES PECUARIAS

a) Construção de cercas para uma maior divisão de aproveitamento dos cercados.

Base para financiamento: Cr\$ 1,00/metro linear de cerca com 3 fios de arame.

b) Aquisição de torta para alimentação do rebanho.

Base para financiamento: De acordo com a cotação do dia.

c) Melhoramento dos pastos nativos, com o rareamento das plantas não forrageiras e introdução das forrageiras reconhecidamente resistentes e adaptáveis às condições ecológicas.

Base para financiamento: Cr\$ 150,00 hectare.

d) Fundação do plantio da palma forrageira, compreendendo: desmatamento, destocamento, aquisição, transporte e plantio de raquetes.

Base para financiamento: Cr\$ 150,00 hectare.

e) Idem para ALGAROBA.

Base para financiamento: Cr\$ 150,00 hectare.

f) Construção de silos trincheiras revestidos e aquisição do equipamento necessário (ensiladeira).

Base para financiamento: 1) Cr\$ 6,00 tonelagem de silagem armazenável.

2) Quanto ao equipamento será de acordo com a cotação do mercado.

Base para financiamento: Cr\$ 80,00 hectare plantio.

h) Construção de estábulos.

Base para financiamento: Variará, em função das condições locais.

4 — DA EXECUÇÃO

Sabe-se que, com a atual estrutura bancária do país jamais poderemos executar um plano desta envergadura. Pois as exigências normais de garantias impediriam o funcionamento do mesmo, na época certa. Teremos que somar esforços no sentido de mobilizarmos os órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Paraestatais que atuam no Nordeste para, conjuntamente decidirmos as tarefas e responsabilidades executivas. Desta forma, nas várias regiões fisiográficas dos Estados seriam organizados Grupos Mistos executivos diretamente ligados ao Grupo Estadual que por

sua vez se ligaria ao Grupo Coordenador Central.

Os Grupos Mistos Regionais teriam plenos poderes para movimentação dos créditos necessários aos atendimentos dos melhoramentos a serem concedidos.

5 — DO PRAZO, GARANTIAS, RECUPERAÇÃO DOS MELHORAMENTOS OU SERVIÇOS

a) **Prazo** — Será no mínimo de 10 anos e o resgate a partir do 3.º ano, sem juros.

b) **Garantias** — O agricultor proprietário assinará promissórias avalizadas por 2 agricultores proprietários do mesmo Município.

c) **Constituição de "FUNDOS MUNICIPAIS" para combate às Secas** — O resgate do melhoramento ou serviços concedidos pelo presente plano, se destinará a um fundo municipal para combate às secas na própria região.

As prestações serão recebidas diretamente pelas Cooperativas Regionais e Creditado ao Fundo Municipal do Combate às Secas.

A movimentação do Fundo de Combate às Secas, somente poderá ser feita mediante prévia autorização da SUDENE. Entretanto nos anos normais, a Cooperativa poderá utilizá-lo em operações à curto prazo, todas no Setor Agro-Pecuário.

Caso, não exista Cooperativa organizada no Município, será constituída uma Comissão Estadual Temporária composta no mínimo de 7 membros, que terá um prazo de 6 meses para convocação da Assembléia Constitutiva da Cooperativa local, a qual substituirá imediatamente à Comissão Especial Temporária.

A composição da Comissão Especial devesse obedecer as normas do Decreto n. 32.889 de 29.5.1953, quando existir no município os elementos previstos no artigo 1.º do referido Decreto.

Caso contrário, a Constituição da Comissão deverá ser orientada pelo Grupo Executivo de Organização e Extensão Rural da SUDENE ou entidade por ele indicada.

6 — NORMAS GERAIS QUE DEVERAO SER OBSERVADAS PARA A CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO

O teto operacional obedecerá às seguintes normas:

a) Será atribuído a importância de Cr\$ 80,00 mensais para a manutenção de cada família de moradores existentes no imóvel e durante o período da provável estiagem (10 meses). Logo, à cada

família residente, corresponderá a ... Cr\$ 800,00 de teto operacional para o proprietário.

c) As propriedades reconhecidamente exploradas com técnicas avançadas, terão como teto de operação, a capacidade empresarial do proponente, além do previsto no item anterior.

7 — EPOCA DE UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS — Imediatamente

III — Medidas Complementares

A liberação das verbas orçamentárias consignadas nos vários Ministérios da União para o Nordeste, deverão ser imediatamente autorizadas, a fim de que, se abram novas frentes de trabalhos com a utilização dos recursos normais disponíveis.

IV — Considerações Finais

O presente plano proporcionará a introdução de melhoramentos produtivos, direta ou indiretamente nos imóveis rurais.

Consequentemente haverá um fortalecimento da estrutura agrícola Regional.

Os investimentos produzirão riquezas que aparecerão em longo, médio e curto prazos.

Não obstruiremos com esta medida de emergência, os objetos fundamentais da SUDENE com relação ao Setor Agro-Pecuário, pois, iniciaremos em larga escala, o fortalecimento dos pontos que estrangulam o desenvolvimento do mundo rural nordestino.

Por outro lado, o dinheiro dispendido será totalmente recuperado e em benefício da própria Região, circulando dentro de um sistema cooperativista.

O FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL PARA AS SECAS, previsto no presente plano, proporcionará, despertará, e forçará a multiplicação das SOCIEDADES COOPERATIVAS REGIONAIS.

Ao mesmo tempo, a circulação do capital resultante da criação do FUNDO, aumentará significativamente o volume das transações agrícolas, dando uma amplitude maior às operações relacionadas com o Setor Agro-Pecuário.

Além do que expusemos acima, cremos que o FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL PARA COMBATE AS SECAS, solucionará no futuro, as dificuldades que presenciamos no momento e vimos sempre no passado: mobilização de recursos para evitar a morte dos milhões de nordestinos ameaçados pelas catastrofes climáticas inevitáveis.

IPEANE — Estação Experimental do Seridó — Abril de 1970.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A OLIVETTI DO BRASIL S/A, torna publico que a firma PORCINO, IRMÃOS COMERCIAL, CASA PORCINO é AGENTE EXCLUSIVO OLIVETTI" nesta praça sendo portanto a única organização autorizada para venda e assistência técnica dos seguintes modelos: ALINEA 88, TEKNE, MULTISSUMA, ELETROSUMMA, DIVISUMMA e MÁQUINAS CONTÁBEIS.

A DIREÇÃO REGIONAL

Agenda do Empresário

SETORIAL DO SAL — A Coordenação Técnica da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte já está tomando as providências básicas com vistas a Setorial do Sul, promovida pela Confederação Nacional da Indústria em Natal, nos dias 24 e 25 de julho. Na sua última reunião, a Coordenação Técnica constituiu os vários setores que atuarão durante a Setorial do Sal, que abordará os principais problemas da extração do sal e sua comercialização.

FAUTA DA SUDENE — O Conselho Deliberativo da SUDENE esteve reunido no dia 27 de maio, apreciando cinco projetos do Rio Grande do Norte: 1) Salinas São Paulo, em Carnaubais — ampliação de empresa, com inversões totais de Cr\$ 15.424.678,00; 2) J.R.C. — Companhia de Empreendimentos Rurais, em Parazinho, de cria e recria de bovinos, com inversões totais de Cr\$ 1.810.000,00; 3) CBV — Companhia Brixa Verde Agropecuária, em Acari de cria e recria de bovinos com inversões de Cr\$ 7.539.000,00; 4) Fazenda Içatú S/A, em Lagoa de Velhos, cria e recria de bovinos com inversões na ordem de Cr\$ 10.189.000,00; 5) Gosson — Indústria e Comércio Ltda. que solicitou redução de 50% do imposto de renda para aplicação na própria indústria.

BNB EM SÃO PAULO — Chegando comunicação da instalação no dia 30 de maio do Escritório do Banco do Nordeste do Brasil, em São Paulo, levando os informes do Nordeste ao empresariado paulista.

DIA DA INDÚSTRIA — A Federação das Indústrias do Estado comemorou festivamente o Dia Nacional da Indústria, divulgando saudação do Presidente José Nilson de Sá, à classe, através da imprensa local e reunindo a sua diretoria em confraternização, no Clube do Industrial.

REAJUSTE SALARIAL — Na primeira quinta-feira de junho, toda a diretoria da Associação Comercial do Estado vai reunir com o Sindicato dos Comerciantes para debater o problema do reajuste salarial dos comerciantes, que já está vencido desde abril.

ESCOLA DO SENAC — A Federação do Comércio já está publicando no Diário Oficial para construção da Escola do SENAC, num edifício de quatro pavimentos, que será vizinho ao Ginásio Jessé Freire. A concorrência será

aberta no dia 15 de junho e o prazo de construção é de apenas 12 meses.

MEMORIAL AO BB — Dependendo de entendimentos a serem mantidos com os gerentes do Banco do Brasil, Sr. Otávio Ribero Dantas (Ribeira) e Luiz Benévolo Dantas (Alecirim), as classes empresariais do Rio Grande do Norte, tendo a frente o Presidente da Associação Comercial, Sr. José Fernandes Martins, vão entregar memorial aos diretores daquele estabelecimento de crédito quando da inauguração da Agência Metropolitana do Alecirim, solicitando providências para melhorar a situação sócio-econômica do Estado.

MOVIMENTO DO PORTO — Durante maio atracaram no Porto de Natal, os cargueiros: Buenos Aires, que recebeu carga de carnauba e peles para os Estados Unidos; Peter Fhroder, transportando 1.200 toneladas de agave, algodão e shellita para a Europa; Cabo Orange, que levou algodão para Venezuela. Estão programados para junho, o Delta Mexico, o Paul Fhroder, recebendo algodão, agave e shellita para a Europa e o Cliver, que também terá esta mesma movimentação.

DNOCS NO RN

Entre as inúmeras obras e empreendimentos executados pelo 5.º Distrito de Obras do DNOCS, no Rio Grande do Norte, aparecem com um destaque todo especial, os ABASTECIMENTOS D'ÁGUA, obras estas, que muito vem beneficiando as populações interioranas, atenuando-lhes as precárias condições de higiene e saúde, contribuindo assim, para elevar o conceito de saneamento em nosso Estado. O DNOCS com seus sete sistemas de abastecimentos d'água construídos e em operação, atenderá a uma população até 1980 de 122.000 habitantes no Rio Grande do Norte.

O primeiro sistema executado foi o da cidade de Parelhas, cuja conclusão verificou-se em 1965. Constitui-se de captação tipo Poço Amazonas, reservatório elevado (300 m³) e 18,6 Km de rede de distribuição.

Em 1966 o 5.º Distrito de Obras concluiu o Abastecimento D'água da cidade de Açu, construindo: 20,5 Km de tubos de cimento amianto e um reservatório de distribuição semi-enterrado com capacidade de 500 m³. O manancial é constituído por um Poço Amazonas e dois outros complementares.

A cidade de Macaíba é atendida desde 1967, por um sistema que funciona à base de poços tubulares; foram aplicados 17,2 Km de tubulações dos mais diversos diâmetros; seu reservatório elevado tem capacidade para reservar 750 m³.

O sistema que serve a cidade de Jardim do Seridó, foi iniciado e concluído em 1968 e atualmente é operado pela CAENE; o Açude Público Zangarelhas serve de reservatório de acumulação ao mesmo. Sua captação é do tipo úmido-sêco; estação de tratamento é do tipo convencional, compreendendo floculação, decantação, filtração rápida e tratamento químico com cloro e sulfato. Seu reservatório de distribuição é semi-enterrado, com capacidade de 550 m³; a

rede de distribuição numa primeira etapa tem 8 Km de extensão.

Situação semelhante verifica-se em Cruzeta, sendo que o tratamento d'água é efetuado por três filtros rápidos de pressão, com capacidade de 1.200 m³ por dia. A água provém do Açude Público Cruzeta, cuja capacidade é de 30 milhões de m³; o reservatório de distribuição é elevado e na primeira etapa do projeto foram assentados 7,2 Km de rede de distribuição.

Encontra-se em pleno funcionamento o abastecimento d'água da cidade de Pau dos Ferros. Sua estação de Tratamento é do tipo Convencional, com 2 filtros rápidos, cuja descarga é de 1.685 m³ por dia. No sistema referido foram empregados 15,5 Km de tubos de cimento/amiante, cujos diâmetros variam de 100 a 300 milímetros. Utilizou-se como manancial o Açude Público Pau dos Ferros, com volume armazenável de 55 milhões de metros cúbicos, distando da cidade 6,5 Km.

dos sistemas de abastecimentos d'água executados pelo 5.º Distrito de Obras do DNOCS, de 1965 até 1969, o mais completo e mais moderno é o das cidades de Acari e Currais Novos.

É um projeto coletivo, prevendo o atendimento da cidade de Acari, Minas Brejuí e Vachang e cidade de Currais Novos. Sua captação é feita no Açude Público Marechal Dutra, com acumulação de 40 milhões de m³ d'água. A captação compreende baixo e alto recalque, situando-se a estação de tratamento nas proximidades do açude mencionado. A estação de tratamento é sem dúvida, a mais moderna de nosso Estado, e atualmente serve a cidade de Acari. O sistema Minas Currais Novos, para sua conclusão, necessita apenas da adutora que mede 22,5 Km. A cidade de Currais Novos será servida por um reservatório elevado, cuja capacidade é de 1.500 m³. A partir do presente ano, tendo em vista a nova política do Governo Federal de prestigiar os governos estaduais, no sentido de assumirem a responsabilidade de sanearem seus Estados, o DNOCS, no Rio Grande do Norte, afastou-se das atividades de saneamento. Entretanto, apesar de seus pouquíssimos anos de atuação em saneamento, neste Estado muito executou e muito deu em contribuição do conforto e da saúde da população interiorana.

Cabe agora, à CAERN, através de sua jovem, porém eficiente equipe técnica, continuar a ação do DNOCS, conservando e multiplicando por todo o interior de nosso Estado, os sistemas de ABASTECIMENTOS D'ÁGUA.

A Gráfica Manimbu tem um excelente parque gráfico. E faz milagres com tinta, papel e tipos. Quem diria que a revista RN-ECONÔMICO é impressa em Natal? Pois somos nós que a imprimimos.

Gráfica
Manimbu

Rua Açu, 666-A
Natal — RN

Industrializar um elefante



Sim, senhor!

A tarefa pode parecer insólita, mas é verdadeira. No Rio Grande do Norte estamos começando a industrializar um "elefante". Centenas de fábricas já estão se instalando no Rio Grande do Norte, aproveitando os incentivos fiscais, na tarefa de industrializar o "elefante". O Governo do Estado oferece além disso: financiamento de projetos industriais, antecipação dos recursos da Sudene, terreno e obras de terraplanagem, participação acionária, assistência permanente, isenção do ICM e EMPRÉSTIMOS A MÉDIO PRAZO.



Campanhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte
Govêrno Walfrêdo Gurgel